

21 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

E-mails indicam conluio entre conselheiros do CNJ

Tourinho Neto, que discutiu com Joaquim Barbosa, teria pedido a outro colega pressa em processo de filha

A crítica do presidente do STF, Joaquim Barbosa, de “conluio” entre juizes e advogados, ocorre dias depois de troca de e-mails levantar suspeita de favorecimento à filha do conselheiro Tourinho Neto, com quem Barbosa discutiu anteontem, revela **Felipe Recondo**. A filha de Tourinho Neto, a juíza Lilian Tourinho, queria decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que lhe garantisse o direito de participar de um concurso de remoção, pedido que já havia sido rejeitado. Tourinho teria solicitado ao relator, o conselheiro Jorge Hélio, que “decidisse o caso logo”. Ele então atendeu ao pedido da juíza. Por e-mail, um assessor explica a Tourinho Neto que Jorge Hélio havia informado sua decisão, ainda não publicada oficialmente. Tourinho Neto então teria repassado “por acidente” o texto para a lista de juizes federais do País. Dois dias depois, o relator voltou atrás e derrubou a decisão. Ambos negam irregularidades.

● 'Barbárie'

Associações de juizes e advogados se uniram em repúdio às acusações feitas anteontem por Joaquim Barbosa. Para eles, a afirmação afeta a credibilidade do Judiciário e remete o País à barbárie.

21 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Polêmica no Judiciário. Mensagem enviada para juízes de todo o País relata que conselheiro indicado pela advocacia deu liminar que beneficiaria filha de Tourinho Neto, ocupante de vaga destinada a magistrados federais e com quem presidente do STF bateu boca

E-mail vazado por acidente levanta suspeitas de conluio dentro do CNJ

A crítica feita pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, ao “conluio” de juízes e advogados ocorre dias depois de uma troca de e-mails ter provocado constrangimento entre juízes federais e ter levantado desconfiança sobre uma decisão no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A suspeita era de favorecimento à filha do conselheiro Tourinho Neto, que ocupa a vaga no órgão dos juízes federais, a partir de uma decisão tomada pelo conselheiro Jorge Hélio, indicado pela advocacia.

Foi durante uma discussão com Tourinho Neto, em sessão do conselho na terça-feira, que Barbosa citou o “conluio” entre magistrados e advogados e que disse haver “muito juiz para botar para fora”. O presidente do STF também comanda o CNJ.

A filha de Tourinho Neto, a juíza Lilian Tourinho, buscava no CNJ uma decisão que lhe garantisse o direito de participar de um concurso de remoção. Ela queria deixar uma vara do Pará e mudar para Salvador.

O pedido já tinha sido rejeitado no Tribunal Regional Federal, onde ocorreria a transferência, pois Lilian Tourinho estava há menos de um ano na mesma vara. Pela regra do TRF, o pedido de remoção só pode ocorrer depois de o juiz ficar um ano em uma mesma localidade.

Relator do pedido, o conselheiro Jorge Hélio foi abordado por Tourinho Neto antes de tomar uma decisão. “Está chegando um requerimento de minha filha e é coisa urgente”, disse Tourinho na ocasião, como ele próprio contou ontem ao **Estado**. “Concedendo ou negando, despacha logo”, pediu ao colega.

E-mail na lista. Jorge Hélio recebeu o processo e suspendeu provisoriamente o concurso de remoção, o que atendia ao pedido da juíza. O e-mail remetido por um assessor a Tourinho Neto, a que o **Estado** teve acesso, provocou suspeitas entre os magistrados. Na mensagem, o assessor de Tourinho afirma que Jorge Hélio passou no gabinete, informou que já havia decidido a questão, mas a liminar, conforme a mensagem, ainda não tinha sido publicada.

“O conselheiro Jorge Hélio esteve agora aqui no gabinete procurando o senhor. Pediu para informar que o processo já está encaminhado, e que deferiu a liminar. No entanto, no sistema ainda não consta a assinatura, somente a minuta”, informava o assessor. Assim que fosse publicada, prometia o funcionário, encaminharia a íntegra da decisão para Tourinho e sua filha.

Tourinho Neto contou ao **Estado** que recebeu a mensagem e tentou repassá-la para o e-mail da filha. Entretanto, acabou enviando o texto para a lista de juízes federais de todo o País. O presidente da Ajufe, Nino Toldo, procurou o conselheiro Jorge Hélio e pediu oficialmente que reconsiderasse sua decisão. O TRF em seguida encaminhou informações, argumentando que a juíza havia se beneficiado no passado da regra que queria derrubar. Dois dias depois, Jorge Hélio voltou atrás e derrubou a decisão que beneficiava a filha de Tourinho Neto.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

21 MAR 2013

O caso provocou críticas internas e foi assunto de uma sessão reservada do Conselho na segunda-feira à noite, véspera das críticas de Barbosa aos magistrados e advogados, desencadeada durante um diálogo com o conselheiro Tourinho. Jorge Hélio conta ter sido questionado sobre o assunto pelo também conselheiro Wellington Saraiva. E afirmou que um colega do Ministério Público havia levantado a suspeita de que Jorge Hélio teria feito advocacia administrativa.

“O que eu disse foi que julguei o pedido. Aconteceu isso mesmo e não vejo nenhum problema”, disse Jorge Hélio. O conselheiro reclamou do ocorrido. “Não me causou constrangimento porque não me senti pressionado. Mas esse tipo de pedido sempre incomoda”, admitiu.

“Lamento profundamente que tenha ocorrido isso. Eu asseguro que agi dentro da normalidade”, afirmou o conselheiro. “Eu não aceito interferência no meu trabalho.”

Após o ocorrido, Tourinho Neto repassou o e-mail aos colegas para negar irregularidades. “Meus amigos, conselheiros, a msg (mensagem) que recebi do meu assessor Marcos foi a que abaixo transcrevo. Não houve nenhuma advocacia administrativa. Não pedi nada a Jorge Hélio, nem ele disse que estaria dando a liminar para atender meu pedido”, disse Tourinho na mensagem aos magistrados.

Sob suspeita. E-mail enviado por assessor diz que o conselheiro Jorge Hélio esteve no gabinete procurando Tourinho Neto

De: Marcos Aurélio da Silva
Enviada em: quarta-feira, 6 de março de 2013 15:34
Para: 'Fernando Tourinho Neto'
Assunto: Processo - Lilian Tourinho

Dr. Tourinho, Boa tarde!

O Cons. Jorge Hélio esteve agora aqui no gabinete procurando o senhor.

Pedi para informar que o processo já está encaminhado, e que deferiu a liminar.

No entanto, no sistema ainda não consta a assinatura, somente a minuta. Assim que for efetivamente assinada, mando cópia para o senhor, D. Conceição e Lilian. Um abraço.

Marcos

21 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Juízes e advogados se unem em crítica a presidente do STF

Em reação à cobrança do presidente do CNJ, AMB, OAB e Ajufe dizem que generalizações atacam a Justiça inteira. Acusados de “conluio” nas relações em torno dos processos judiciais, juízes e advogados se uniram ontem na sede da Ordem dos Advogados do Brasil para um repúdio conjunto às declarações feitas no dia anterior pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa. Em entrevista coletiva, integrantes das entidades alertaram que as declarações de Barbosa afetam a credibilidade do Judiciário e o Estado de Direito democrático e remetem o País ao tempo da barbárie.

A Associação de Magistrados do Brasil (AMB), a Associação de Juízes Federais e a OAB informaram que vão pedir audiência a Barbosa para alertá-lo de que suas generalizações são um desserviço à Justiça e uma ameaça à própria democracia. “Não podemos jamais fazer um discurso que possa retomar uma época de ditadura no nosso país, em que não havia respeito às garantias do magistrado, à liberdade de imprensa ou à liberdade profissional do advogado”, disse o presidente do conselho federal da OAB, Marcus Vinícius Furtado.

Ele estendeu sua crítica aos rompantes temperamentais de Barbosa, que tem investido não só contra desvios de colegas mas também tem atacado a imprensa e a classe política. Recentemente ele mandou um repórter do **Estado** ir “chafurdar no lixo”. Furtado chamou a atenção, sobretudo, para o dano coletivo que o descrédito da Justiça pode causar. “As pessoas necessitam do Estado julgador para resolver os litígios, senão iremos voltar à barbárie, a um tempo antigo em que não havia Justiça”, disse.

Para o presidente da Associa-

ção dos Juízes Federais, Nino Toldo, o pior da crítica de Barbosa é a generalização que ele faz quando insinua que o conluio entre juízes e advogados é rotina.

Durante sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), anteontem, o ministro disse que há muitos juízes a serem punidos com expulsão e que o conluio com advogados é “o que há de mais pernicioso”. Disse mais: “Nós sabemos que há decisões graciosas, condescendentes, absolutamente fora das regras.”

Indignada. “A magistratura está bastante indignada com atitudes assim, que não são muito sensatas, vindas de um presidente do STF”, criticou o vice-presidente da AMB, Raduan Miguel Filho. Ele disse que há problemas na Justiça, mas os casos pontuais devem ser levados às corregedorias e ao CNJ. “Mas não concordamos com colocações que põem em dúvida a lisura da magistratura, a idoneidade e a dignidade de todos os magistrados, de uma forma em que se generaliza assunto tão delicado.”

O presidente da OAB de São Paulo, Marcos da Costa, destacou que “advogados e magistrados têm o dever de urbanidade e de convívio baseado na cordialidade e no respeito mútuo”. Ele anotou que “há instrumentos processuais que têm por fim impedir influências indevidas sobre o convencimento do magistrado, incluindo impedimentos e suspeições, além do controle que a própria parte faz, por meio de recursos de decisões que entender equivocadas”.

O Movimento de Defesa da Advocacia (MDA) divulgou nota pública em que classifica de “inadequadas” as afirmações de Barbosa. A entidade, que atua pela valorização da profissão dos advogados, manifestou “séria preocupação com a repercussão que tais termos possam repercutir perante a sociedade brasileira”.

“Os atos ilegais devem, após a devida investigação, ser rigorosamente punidos”, afirma a nota. “Entretanto, não se pode silenciosamente aceitar como corretas manifestações generalistas.”

Ayres Britto diz que nunca detectou

conluio no Judiciário

● O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto, aposentado desde 2012, afirmou ontem nunca ter detectado a existência de suposto conluio entre advogados e juízes, denunciado anteontem pelo atual presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa. Cauteloso, Ayres Britto evitou entrar diretamente na discussão do tema que, disse ele, deve ser investigado pelo Poder Judiciário e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “No mérito desta discussão prefiro não entrar”, declarou ele no Rio, onde participou de um debate sobre liberdade de expressão.

“Meu testemunho, de membro do Poder Judiciário por nove anos e meio e como presidente, é que nunca detectei esse conluio como característica central. Meu juízo sobre o Poder Judiciário brasileiro é favorável, é afirmativo. O Judiciário existe para isso (para investigar esse tipo de problema)”

acusada de matar em UTI é solta

Ex-chefe de hospital em Curitiba, suspeita da morte de pacientes, diz que foi 'execrada'

Julio Cesar Lima

ESPECIAL PARA O ESTADO
CURITIBA

A ex-chefe da UTI Geral do Hospital Evangélico de Curitiba, Virgínia Soares de Souza, de 56 anos, acusada de antecipar a morte de sete pessoas no centro médico entre 2006 e 2013, deixou ontem o Centro de Triagem I, na capital paranaense, após ficar 30 dias detida de forma preventiva. Ela ainda vai responder, em liberdade, por homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha.

O juiz Daniel Surdi de Avelar, da 2.^a Vara do Tribunal de Júri, aceitou o pedido de "habeas corpus" da defesa e determinou sua liberação. Com a decisão, Virgínia está liberada para voltar a atuar em sua profissão. O Ministério Público, porém, adiantou que entrará com recurso contra a decisão, tão logo seja notificado oficialmente. Na sexta-feira, a Justiça já havia liberado outras quatro pessoas envolvidas no processo.

Virgínia não falou com a imprensa, mas por meio de seu advogado de defesa, Elias Mattar Assad, entregou uma nota dirigida para o Conselho Regional de Medicina (CRM-PR), em que se defende das acusações. Em um

trecho afirma que tudo o que ocorreu até o momento foi de forma equivocada. "Fui execrada publicamente por ter exercido a medicina intensiva", afirma.

Logo após deixar a cela, segundo Assad, a médica foi para sua residência. "Foi um alento. Ela está com a tranquilidade dos que nada devem. Ela foi diretamente para sua casa, onde foi recebida com um beijo por seu filho e um buquê de rosas. Aos poucos, a Justiça dá os primeiros passos. Agora está em casa, de onde nunca deveria ter saído."

'Equivoco'. Segundo ele, o processo deve acontecer de forma natural, e será provada a inocência de sua cliente. "Creio que agora haverá uma despressurização de todas as partes do processo, onde tudo poderá ser mostrado e comprovaremos que ela foi vítima de um equivoco", afirmou.

As denúncias contra Virgínia e mais sete pessoas tiveram início em março do ano passado, quando a Ouvidoria recebeu telefonemas anônimos que indicavam supostas antecipações de mortes de pacientes da UTI do Hospital Evangélico. As denúncias foram repassadas ao Núcleo de Repressão a Crimes Contra a Saúde (Nucrisa) e resultaram na prisão da médica em fevereiro.

Além de Virgínia, também foram denunciados por homicídio os médicos Maria Israela Cortez Boccato, Edison Anselmo da Silva Júnior e Anderson de Freitas; e as enfermeiras Patrícia Cristina de Gouveia Ribeiro e Laís da Rosa Groff.

Outras duas pessoas foram denunciadas pelo crime de formação de quadrilha – fisioterapeuta Carmencita Emília Minozzo e o enfermeiro Claudinei Machado Nunes –, mas não foram detidas.

Elias Mattar Assad já adiantou que utilizará linguagem médica e erros cometidos durante as investigações como parte de defesa de Virgínia Soares. Ele afirmou recentemente que era "a medicina que estava no banco dos réus". Em documento entregue à Justiça, Assad ressaltou que faltou consulta à "literatura especializada em farmacologia, medicina intensiva e legal, mistificaram o uso rotineiro de medicamentos como 'pavulon', 'propofol' e seus efeitos".

Segundo a denúncia do Ministério Público, os médicos envolvidos nas supostas mortes utilizavam os dois medicamentos para produzir uma paralisia neuromuscular nas supostas vítimas e, após algumas horas, provocar a morte por asfixia.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

21 MAR 2013

CRONOLOGIA

Paciente fez bilhete a filha

2006

Virgínia assume a chefia da UTI do Hospital Evangélico, onde já trabalhava desde 1988.

Dezembro de 2012

Em bilhete, paciente pede a filha para ser retirada da UTI

porque sabe que será morta.

19 de fevereiro de 2013

Após investigação com escutas telefônicas, Virgínia é presa. Para polícia, gravações mostram médica falando sobre desligar aparelhos de pacientes.

22 de fevereiro

Virgínia divulga carta negando acusações.

28 de fevereiro

Polícia admite erro na transcrição de uma escuta da médica: "raciocinar" havia sido grafado como "assassinar".

17 de março

Justiça aceita denúncia contra Virgínia e mais sete pessoas, acusadas de homicídio qualificado e formação de quadrilha pela morte de sete pacientes.



Liberção. Virgínia deixa a prisão:

outros três médicos e duas enfermeiras também foram presos sob acusação de homicídio

21 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

MPE quer tirar carteira de acusada de atropelar

Flagrada ao volante com CNH vencida, Gabriella Pereira é suspeita da morte de Vitor Gurman, em 2011, após beber

Caio do Valle

O Ministério Público Estadual (MPE) vai pedir hoje que a nutricionista Gabriella Guerrero Pereira – suspeita de atropelar e matar o administrador Vitor Gurman, de 24 anos, em julho de 2011, na zona oeste da capital – entregue sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) à Justiça e deixe de frequentar locais que vendem bebida alcoólica. Para isso, a promotora do 5.º Tribunal do Júri, Mildred de Assis Gonzalez, solicitará medidas restritivas à jovem, de 30 anos.

Imagens gravadas nos últimos meses pela produção do programa CQC, da TV Bandeirantes, e divulgadas na segunda-feira mostram Gabriella dirigindo, embora sua CNH estivesse vencida desde julho. Ontem, o advogado da nutricionista, José Luís

de Oliveira Lima, confirmou que o documento também foi suspenso na sexta-feira.

“Fico indignada em saber que essa moça continua dirigindo com uma habilitação que não está regular”, disse a promotora. “Vou ver medidas com que possa fazer com que a liberdade dela seja restringida, para que sinta um pouco o estrago que fez para uma família inteira”, afirmou.

Gabriella pode ser intimada ainda hoje. “Vai ser mais rápido do que se fosse no Detran (*Departamento Estadual de Trânsito*).”

Segundo a promotora, a nutricionista, que na noite do acidente estava com o namorado, terá 48 horas para entregar a CNH à Justiça, no Fórum da Barra Funda, zona oeste. Oliveira Lima disse que recorrerá em caso de intimação. “Ela nem sequer foi denunciada e o MPE já quer impor medida restritiva? Não me parece ter nenhum cabimento legal”, disse o advogado. Ele acrescentou que sua cliente não está mais dirigindo.

FACÇÃO CRIMINOSA

PR manda 38 presos para presídios federais

A Justiça paranaense transferiu ontem 38 presos para prisões de segurança máxima em Porto Velho e Mossoró. A meta é evitar que os detidos, acusados de integrar facções criminosas, se comuniquem. O governo do Paraná disse que as transferências não têm relação com a morte de dois agentes penitenciários nem com o incêndio de ônibus ocorridos recentemente.

Prefeitura é condenada por sacrificar cachorro

A Justiça condenou a prefeitura de Araraquara a pagar R\$ 7 mil à dona de um cão pego na rua e sacrificado. A alegação foi que o animal da raça beagle tinha sarna, mas a proprietária nega. Ela considerou baixa a indenização e promete recorrer. A prefeitura também disse que vai apelar da decisão. Gabriel foi morto há um ano no Centro de Controle de Zoonoses. A dona afirmou que o cachorro, de 8 anos, tinha fugido duas semanas antes. Quando foi resgatar o animal no Centro de Zoonoses, soube que ele tinha sido sacrificado.

21 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Decisão do STF deve reduzir arrecadação

Supremo decidiu que é inconstitucional incluir ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins nas importações

A União sofreu ontem uma derrota no Supremo Tribunal Federal (STF) que deverá reduzir a sua arrecadação tributária.

Os ministros decidiram que é inconstitucional a inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins nas operações de importação.

Além de representar uma queda na arrecadação, a decisão deverá levar a uma redução no valor das importações. Cálculos do governo indicam que a perda na arrecadação poderá ser bilionária.

De 2006 a 2010, por exemplo, foram arrecadados R\$ 34 bilhões com a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins sobre importação de bens e serviços.

No julgamento iniciado em 2010, mas concluído ontem, os ministros do STF rejeitaram um recurso da União e confirmaram decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4.^a Região, segundo a qual a cobrança é ilegal.

No recurso analisado pelo plenário do STF, a União contestava a decisão, favorável a uma empresa importadora, e argumentava que o ICMS integra o preço final das mercadorias e serviços no mercado interno e que o mesmo deveria ocorrer com os importados.

Diferenças. A alegação não foi aceita pelos ministros do STF. Eles concluíram que as situa-

ções são diferentes. “O grande argumento da Fazenda é a isonomia, comparar operações internas às de importação. Tem de ser reduzida a base de cálculo das operações internas. O que não pode é ampliar a base de cálculo”, disse o ministro Teori Zavascki. A inclusão do ICMS na base de cálculo ocorreu em 2004.

Avaliação. Em nota divulgada ontem, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional informou que a Receita Federal fará uma avaliação sobre o impacto do julgamento na arrecadação. Segundo a Procuradoria, não existe nenhuma decisão suspendendo a cobrança de forma genérica.

“Eventual suspensão da cobrança ocorre caso a caso, para as partes que requereram em juízo”, declarou o órgão. A Procuradoria informou que vai recorrer da decisão, por meio de embargos de declaração. A expectativa é de que o governo defenda a validade da decisão somente para operações futuras. Atualmente existem mais de 2,2 mil ações na Justiça sobre o assunto.

21 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

OAB cobra 'federalização' de crime em MG

A Ordem dos Advogados do Brasil e a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais reivindicam a presença da Polícia Federal nas investigações da morte do jornalista Rodrigo Neto de Faria, assassinado a tiros em 8 de março, em Ipatinga, ao deixar um bar.

O presidente da OAB, Marcus Vinícius Furtado, cobrou ontem da ministra Maria do Rosário (Direitos Humanos) um acompanhamento do governo federal na apuração do crime. "Queremos dar um exemplo ao País, de que crimes desta natureza não podem ficar impunes", afirmou Maria do Rosário, que prometeu levar o assunto ao governo federal.

Furtado disse ainda que vai pedir ao ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) a presença da PF nas investigações. "O crime precisa ser apurado com todo o rigor para que não pare nenhum resquício de impunidade", afirmou o presidente da OAB.

O jornalista, que tinha 38 anos, era conhecido por fazer reportagens de denúncia envolvendo policiais e grupos de extermínio e vinha sofrendo ameaças.

21 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Desembargadores

Os deputados estaduais confirmaram ontem a mudança nas eleições internas do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Agora todos os 120 desembargadores estão aptos a concorrer aos cargos da cúpula diretiva do TJ, cuja próxima eleição acontecerá no final de 2014. Antes eles tinham que "conquistar" uma vaga no Órgão Especial, formado por apenas 25 desembargadores, para serem elegíveis.

Mais 25 vagas

O presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), não mantém "engavetados" só o aumento das custas judiciais e as mudanças no Funrejus. Outro projeto do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná esperando votação em segundo turno na AL é a criação de mais 25 vagas de desembargador no tribunal, além das 120 existentes. Destas 25, cinco seriam preenchidas pelo quinto constitucional, sendo repartidas entre o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil. A demora já faz com que o TJ queira mais cinco vagas, elevando para 30 o número de novos desembargadores.

21 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Justiça liberta médica suspeita de mortes em UTI

**Ex-chefe do setor no Hospital
Evangélico estava detida
desde 19 de fevereiro**

Curitiba – A médica Virgínia Soares de Souza foi libertada ontem do Centro de Triagem I (CT-I), em Curitiba, onde estava presa desde 19 de fevereiro. A liberdade foi concedida pelo juiz da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba, Daniel Surdi de Avelar, que atendeu pedido de defesa da médica.

Ela é acusada de envolvimento em mortes de pacientes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico de Curitiba, mas vai responder pelos crimes em liberdade.

Em nota encaminhada por sua assessoria de imprensa, o advogado de Virgínia, Elias Mattar Assad, declarou que "não é a primeira vez que a ignorância aprisiona a ciência, nem será a última que a ciência libertará a ciência".

O advogado acrescentou que, com a liberdade da médica, vai mobilizar os meios científicos e promover todas as medidas previstas em lei, inclusive para o trancamento da ação penal.

Assad disse que vai procurar o Conselho Regional de Medicina e outras entidades para mostrar que o que aconteceu no

Evangélico foi um problema ligado à ética médica e não um crime. Segundo ele, não há provas que as mortes aconteceram por ato humano criminoso.

Na última semana, a Justiça já tinha aceitado denúncia criminal oferecida pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) contra oito profissionais de saúde que são ou foram ligados ao Evangélico. Eles são acusados de terem envolvimento em sete mortes que ocorreram na UTI Geral do hospital entre 2006 e janeiro deste ano.

A única que ainda estava presa, entre todos os denunciados, era a médica Virgínia Souza. De acordo com a denúncia do MP-PR, os profissionais de saúde abreviavam a vida dos pacientes com o objetivo de "girar a UTI", isto é, para abrir novas vagas no local.

De acordo com o documento emitido pelo MP, os acusados teriam agido como se pudessem decidir quais pacientes teriam o direito a permanecer vivos na UTI.

Além de Virgínia, também foram denunciados por homicídio três médicos e duas enfermeiras. Outras duas pessoas, uma fisioterapeuta e um enfermeiro, foram denunciadas pelo crime de formação de quadrilha, mas não chegaram a ser presas.

O Hospital Evangélico informou que os médicos que ainda trabalhavam no local vão continuar afastados até que se conclua a sindicância interna.

O MP informou que vai recorrer da decisão da liberdade da médica Virgínia devido à repercussão do caso e ao fato de ela ser acusada de liderar a quadrilha.

21 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Paranaense é o mais votado em lista para STJ

São Paulo - O Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu ontem os três nomes da Justiça Federal para compor a lista destinada ao preenchimento da vaga aberta pela ida do ministro Teori Zavascki para o Supremo Tribunal Federal.

Os desembargadores Néfi Cordeiro, do TRF (Tribunal Regional Federal) da 4ª Região (Porto Alegre), Italo Fioravanti Sabo Mendes, do TRF da 1ª Região (Brasília), e Regina Helena Costa, do TRF da 3ª Região (São Paulo), foram os indicados. A lista será enviada à presidente Dilma Rousseff que escolherá um dos nomes. O indicado tem de passar por sabatina no Senado.

Ao todo, 15 desembargadores concorreram à vaga. Com 21 votos, Néfi Cordeiro foi escolhido na primeira votação. Sabo Mendes foi indicado na segunda votação, e Helena Costa, na terceira. O STJ é composto de 33 ministros, sendo um terço de magistrados da Justiça Federal.

Natural de Curitiba, Néfi Cordeiro é bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Curitiba e engenheiro civil formado pela PUC do Paraná. Pela Universidade Federal do Paraná, ele fez mestrado em direito público e doutorado em direito das relações sociais. Antes de ingressar na magistratura, Néfi Cordeiro atuou no Ministério Público. Está no tribunal desde 2002.

MAZZA

No Gaeco

O Ministério Público Estadual, por seu braço estratégico, o Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado, Gaeco, recebeu ontem da jornalista e apresentadora da TV Record Joyce Hasselmann denúncia que atinge setores do governo estadual fundada em gravação feita ano passado e que envolve figuras próximas do centro do poder e empreiteira.

O MP tem se ocupado ultimamente de questões patrimoniais tanto no Legislativo estadual como no municipal na apuração de crimes de improbidade como aqueles praticados em série inclusive com desvios enormes de recursos. O Executivo é alvo também de apreciações do MP e dentre elas o episódio do policial Délcio Rasesa que prestava serviços na Casa Civil e grampeava telefones sem qualquer autorização judicial, conforme a denúncia que o condenou.

Assim aquilo que tinha característica de murmúrio, nas redes sociais, se formaliza e ganha consistência. Isso lembra, é claro com gravidade diversa, o caso dos dólares do governo José Richa em que um secretário (Belmiro Castor, do Planejamento) estranhava a cobrança de comissão em empréstimos internacionais e atribuía o deslize ao seu colega da Fazenda (Erasmio Garanhão). A crise se esgotou no front político e com a demissão dos dois, aliás os principais do governo, secretários. Não consta que tenha havido sequelas judiciais.

21 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Contra o crime organizado

“
*Uma nova
legislação poderia
aumentar a
pena dos
envolvidos com
organizações
criminosas*”

Dois cargueiros Hércules da Força Aérea Brasileira (FAB) pousaram ontem no Paraná para levar às penitenciárias federais de Mossoró (RN) e Porto Velho (RO) 38 presos que cumpriam pena no Paraná e que seriam líderes de facções criminosas. A transferência dos detentos aconteceu logo após o governo estadual detectar sinais de que o Estado poderia ser o próximo alvo de ataques orquestrados da bandidagem, como aconteceu em São Paulo e, mais recentemente, em Santa Catarina.

O próprio governador Beto Richa se empenhou pessoalmente junto ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para a liberação dos aviões da FAB. A primeira preocupação das autoridades de segurança do Paraná e do governo federal foi isolar esses detentos de alta periculosidade nas penitenciárias do Norte e Nordeste, dificultando o contato deles com integrantes das facções que estão fora dos presídios, justamente cumprindo a tarefa de realizar

os ataques.

Autoridades ligadas ao setor de segurança do Estado não confirmaram que as mortes de agentes penitenciários e os incêndios a ônibus ocorridos recentemente no Paraná motivaram o pedido

de transferência. Há denúncia da existência de uma lista de 22 agentes penitenciários que estariam marcados para morrer. Porém, fontes da Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública do Estado (Sesp) disseram que os sinais de possíveis ataques do crime organizado foram percebidos devido a “movimentos anormais” dentro dos presídios.

O combate ao crime organizado é difícil e passa por uma discussão bem maior, como o aperfeiçoamento da legislação, definindo esses grupos conforme a Convenção de Palermo. No Brasil, membros dessas facções têm sido tratados simplesmente como integrantes de quadrilhas ou bando, punível hoje com prisão de um a três anos. Uma nova legislação poderia aumentar a pena dos envolvidos com organizações criminosas.

21 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Líderes de facções criminosas são transferidos

38 detentos foram levados para penitenciárias federais do NO e NE

Curitiba - O governo do Paraná confirmou ontem que 38 líderes de facções criminosas que cumpriam pena em regime fechado em várias unidades prisionais do Estado foram transferidos para as penitenciárias federais de segurança máxima de Mossoró (RN) e Porto Velho (RO) na manhã de ontem. O grupo viajou em aviões cargueiros da Força Nacional de Segurança. As aeronaves decolaram do Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba). A transferência foi realizada pela Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp) e pela Polícia Federal (PF).

"Os órgãos monitoraram ligações, contatos, e identificaram que talvez começariam a ser empreendidas no Paraná ações parecidas com aquelas ocorridas em Santa Catarina. Naquela ocasião a segurança do Estado estava em alerta", destacou o governador Beto Richa, na manhã de ontem.

Ele ressaltou que a maioria dos detentos transferidos estavam na Penitenciária Central do Estado (PCE), em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, mas não soube precisar a quantidade. Em todo Estado existem 13 unidades de regime fechado: quatro em Piraquara; duas em Cascavel; e uma em Londrina, Maringá, Cruzeiro do Oeste, Francisco Beltrão, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava.

Além disso, o governador ressaltou que o secretário de Segurança, juntamente com o comando da PMPR e a chefia da Polícia Civil, estiveram reunidos com as autoridades do Estado vizinho para acompanhar a situação e, de alguma maneira, se preparar caso ações parecidas fossem desencadeadas no Paraná.

"Nos antecipamos a qualquer ocorrência e conseguimos transferir estes líderes do crime organizado. Ontem mesmo entrei em contato por três vezes com o ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo) para agilizar estas transferências", completou o governador.

O secretário de Segurança Pública, Cid Vasques, informou que a medida tomada ontem foi resultante de um trabalho desenvolvido pelo Departamento de Inteligência da Sesp em coordenação com o Setor de Inteligência da PF. De acordo com ele, foi detectado movimentos anormais dentro do sistema prisional do Estado. "Identificamos internos que estavam um tanto quanto mais ativos no sentido de promover ações fora dos estabelecimentos penais. Em função disso, nos espelhando no que aconteceu em alguns Estados, resolvemos nos antecipar, por isso solicitamos esta transferência. Foi um trabalho que vinha sendo feito há uns 15 dias. Não existem ordens específicas, mas movimentos que fogem da normalidade", afirmou.

Ocorrências

Vasques descartou que as ocorrências envolvendo ônibus queimados nas cidades de Arapongas e Londrina, nos últimos dias, tenham sido decorrentes de ordens de dentro das prisões. Ele antecipou que foram atos de vandalismo isolados e que os suspeitos já estão sendo identificados.

Da mesma forma, ele também destacou que não se pode atribuir as mortes de agentes penitenciários na capital a estas transferências.

A Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), e o Departamento de Execução Penal (Depen) foram procurados, mas informaram que somente a Sesp iria falar sobre as transferências.

21 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ confirma nulidade de aditivo de contrato entre município e Sanepar

A 5ª Câmara do Tribunal de Justiça do Paraná confirmou, sentença de primeira instância, que julgou nulo o aditivo de contrato entre o município de Maringá e a Sanepar para a exploração do serviço de saneamento. O termo de aditivo assinado em junho de 1996 entre Prefeitura e concessionária, sem autorização do Legislativo e a realização do processo de licitação, prorrogava o contrato por mais 30 anos.

Pouco antes do término do contrato inicial, em agosto de 2010, o Ministério Público instaurou inquérito Civil Público para averiguar ilegalidade na prorrogação assinada entre o município e a Sanepar. Com base no contrato, o MP ajuizou Ação Civil Pública pedindo declaração de nulidade da prorrogação pela ausência de autorização do Legislativo.

A decisão em primeira instância da 2ª Vara Cível de Maringá foi anular o aditivo de 1996, levando a Sanepar a recorrer. O município então ingressou no polo ativo da ação, alegando ainda a necessidade de licitação para a prorrogação do contrato entre as partes, sem o qual tornava ilegal o aditivo assinado em 1996. Agora por unanimidade os desembargadores do Tribunal de Justiça entendem ser nula a prorrogação do contrato, conforme entendimento também do Ministério Público e do município.

21 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Gestão por competências contribui para um Judiciário melhor, diz conselheiro do CNJ

Foi aberto ontem, em Brasília/DF, o I Seminário de Gestão por Competências do Poder Judiciário, uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) que tem por objetivo aprimorar os serviços da Justiça a partir do estímulo ao conhecimento e às habilidades dos servidores. Na solenidade de abertura, o conselheiro José Lucio Munhoz, presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, destacou que os debates do evento contribuirão significativamente para a melhoria do atendimento prestado pelo Poder Judiciário às demandas da população.

“A gestão por competências permite que a gente tente perceber em que podemos melhorar e evoluir, além de reconhecer que somos falíveis, porque ainda há muita gente que se acha infalível. Se a gente puder sempre se aprimorar e refletir sobre nossas competências, vamos trazer uma oxigenação à nossa instituição, possibilitando melhor atendimento aos nossos jurisdicionados, com uma Justiça mais célere e efetiva. Todos aqui presentes contribuem para que tenhamos um Poder Judiciário melhor”, afirmou Munhoz.

O conselheiro abriu o evento ao lado da secretária de Gestão de Pessoas do CNJ, Selma Vera Cruz, e do chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud/CNJ), Diogo Albuquerque Ferreira. O público presente ao auditório da 2ª Turma do STF, local do seminário, é formado por magistrados, secretários e diretores de recursos humanos e gestão de pessoas do Judiciário federal e estadual.

Ao longo do dia, serão apresentadas aos participantes experiências de sucesso na gestão por competências, uma metodologia de administração focada nas habilidades necessárias à realização das mais diferentes tarefas. Na primeira parte do seminário, foram proferidas palestras do gerente de divisão da Diretoria de Gestão de Pessoas do Banco do Brasil, Hugo Pena Brandão, e da gerente de Projeto da Spot Recursos Humanos, Janice Pereira, que apresentou o case do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF).

21 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PGR aprova fim de barreira para processar governadores

OAB já ajuizou 22 ADIs contra a exigência de licença para processar os chefes dos Executivos dos estados

A Procuradoria-Geral da República deu parecer favorável a mais duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas pela Ordem dos Advogados do Brasil contra dispositivos de constituições estaduais que exigem autorização prévia das assembleias legislativas dos estados para processar e julgar governadores.

Os pareceres foram dados à ADI 4.811, por meio do qual a OAB questiona o artigo 62, incisos XIII e XIV, o parágrafo 3º do artigo 91, e o inciso II do artigo 92 da Constituição de Minas Gerais; e à ADI 4.772, pela qual a entidade contesta a constitucionalidade dos artigos 99, inciso XIII, e 147 da Constituição do Rio de Janeiro. As ações foram ajuizadas no Supremo Tribunal Federal.

No total, a OAB já ajuizou 22 ADIs contra a exigência de licença para processar os chefes dos Executivos dos estados. Todas as ações questionam dispositivos de constituições estaduais que exigem a aprovação, por dois terços das assembleias, da admissibilidade prévia para processar e proceder ao julgamento de governador — pelo Superior Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns, e pela assembleia legislativa nos crimes de responsabilidade.

Nos questionamentos, o entendimento da OAB é o de que, pela letra da Constituição Federal, a competência para processar e

julgar governador é exclusivamente do STJ, não podendo ficar sujeita às manobras e humores das assembleias legislativas. Para a entidade, os dispositivos atacados das constituições estaduais representam “evidente usurpação de competência legislativa privativa da União Federal e afronta à legislação federal aplicável à espécie, bem como contrariam princípios constitucionais inerentes à República e ao regime de responsabilidade que estão submetidos os agentes políticos”.

A PGR já havia emitido parecer favorável a dez ADIs dessa natureza ajuizadas pela OAB. São elas: ADI 4.771, contra a Assembleia Legislativa do Amazonas; ADI 4.777, contra a Assembleia Legislativa da Bahia; ADI 4.778, contra a Assembleia Legislativa da Paraíba; ADI 4.781, contra a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul; ADI 4.790, contra a Assembleia Legislativa do Pará; ADI 4.791, contra a Assembleia Legislativa do Paraná; ADI 4.792, contra a Assembleia Legislativa do Espírito Santo; ADI 4.793, contra a Assembleia Legislativa de Pernambuco; ADI 4.800, contra a Assembleia Legislativa de Rondônia; e ADI 4.806, contra a Assembleia Legislativa de Sergipe.

Duas ADIs ainda aguardam parecer da PGR: a de número 4.773, contra a Assembleia Legislativa de Goiás; e a ADI 4.805, contra a Assembleia Legislativa de Roraima.

21 MAR 2013

METRO

Violência contra a mulher está concentrada em dez bairros

Alerta. Maioria dos casos acontece em regiões mais pobres. Município elabora plano emergencial para combater a violência

Quase metade (1.430) dos 2.920 casos de violência contra a mulher registrados em Curitiba no ano passado ocorreram em apenas dez bairros. Os dados foram apresentados ontem pela secretária da Mulher, Roseli Isidoro, em reunião na Câmara de Vereadores.

Conforme levantamento da Delegacia da Mulher, a CIC lidera o ranking, com 260 registros. A posição pode ser explicada tanto pelo fato de ser o bairro mais populoso da capital quanto pela situação de vulnerabilidade de parte de sua população, aspecto que figura também nos os outros nove bairros (veja lista).

“Os casos se concentram na população em situação de maior vulnerabilidade. Até porque, há dois elementos que identificamos: o alcoolismo e as drogas, mais propriamente o crack”, avalia Isidoro.

No entanto, alerta a secretária, a violência não está restrita à classe social mais baixa. Os dados da delegacia mostram, por exemplo, Santa Felicidade em 12º lugar; o Água Verde, em 25º; o Batel, em 35º; o Bigorrilho, em 38º; e as Mercês, em 39º lugar.

10,4

mortes para cada 100 mil mulheres é o índice em Curitiba, a 4ª capital mais violenta do país. O Paraná registra 6,4, o 3º no ranking nacional, conforme o Mapa da Violência de 2012. A média brasileira é 4,6.

“Isso significa que não são apenas mulheres pobres as vítimas, mas também as inseridas no mercado de trabalho, as com ensino superior. A violência atinge todas as classes sociais, não só a periferia”, frisa Isidoro.

Enfrentamento

Para tentar combater o problema, a Secretaria da Mulher, instalada oficialmente no dia 8 de março, elaborou um plano emergencial, encaminhado à ministra da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, Eleonora Menicucci.

Segundo Isidoro, os trabalhos serão feitos em três frentes. A primeira é a reestruturação da rede de atenção, envolvendo saúde, juizado especial, delegacia

especializada e todas as partes envolvidas nesse tipo de atendimento. Núcleos dessas entidades serão instalados na chamada Casa Mulher Brasileira, que será instalada pelo governo federal em 27 cidades, incluindo Curitiba, dentro do Programa Mulher, Vivendo sem Violência.

“Será feita uma espécie de triagem, com acolhimento da vítima e andamento nos processos num espaço que vai integrar todos os serviços”, explica Isidoro.

O espaço ainda está sendo negociado com a Secretaria do Patrimônio da União, segundo a secretária, mas as obras devem começar ainda neste ano e ficar prontas até março de 2014.

A segunda frente é o projeto, também enviado ao governo federal para buscar recursos, de capacitação de profissionais e gestores com base na Lei Maria da Penha.

A terceira base do plano é a conscientização, com campanha que, segundo a secretária, será espalhada por toda Curitiba.

Os 10 mais

Conheça os bairros que registraram mais casos no ano passado, conforme a Delegacia da Mulher.

1 CIC
casos: 260

2 Sítio Cercado
casos: 217

3 Cajuru
casos: 179

4 Pinheirinho
casos: 126

5 Boqueirão
casos: 120

6 Centro
casos: 119

7 Tatuquara
casos: 109

8 Fazendinha
casos: 101

9 Campo Comprido
casos: 100

10 Uberaba
casos: 91

21 MAR 2013

METRO



PRISÃO REVOGADA

Justiça libera ex-chefe da UTI do Evangélico PÁG. 05

Virginia Soares de Souza pode responder ao processo em liberdade / RODRIGO FÉLIX LEAL/METRO CRISTINA

21 MAR 2013

METRO

Ex-chefe da UTI do Evangélico é liberada

Revogação. Pedido de liberdade foi concedido ontem à tarde pela Justiça. Ministério Público vai recorrer da decisão

A médica Virgínia Soares de Souza, acusada de antecipar a morte de pacientes na UTI Geral do Hospital Evangélico, foi solta ontem à tarde. O pedido de revogação de prisão preventiva foi concedido pelo juiz de direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba, Daniel Surdi de Avelar. Ela estava detida desde o dia 19 de fevereiro.

"O juiz assegurou o direito de ela responder em liberdade. Ele observou o ordenamento atual e afastou a necessidade da prisão", afirmou o advogado da médica, Elias Mattar Assad. A defesa alega que o inquérito não tem provas de materialidade de nenhum tipo de crime. "Essa questão agora será discutida durante o processo", disse.

A médica não quis falar com os jornalistas na saída do Centro de Triagem I e foi direto para a casa dela, onde foi recebida pelo filho.

Próximos passos

Segundo Mattar Assad, agora a defesa vai aguardar o momento da citação da ação penal. "Em seguida teremos dez dias para apresentar a defesa preliminar, colocando as provas periciais e as testemunhas. Na sequência, o juiz vai designar as audiências."

"A Virgínia atribui a prisão dela a um equívoco."

ELIAS MATTAR ASSAD, ADVOGADO

Carta

A médica escreveu uma carta ao Conselho Regional de Medicina no dia 15 de março, mas que foi divulgada apenas ontem. Ela diz que "foi execrada publicamente e encontra-se presa, apenas por ter exercido a Medicina Intensivista."

Ministério Público

O MP-PR (Ministério Público do Paraná) informou no final da tarde de ontem que ainda não havia tomado ciência oficialmente da decisão, mas já adiantou que vai decorrer.

Por meio da assessoria de imprensa, o órgão afirmou que vai apresentar recurso pelo fato de a médica Virgínia, que era a chefe da UTI Geral, ser apontada pelo próprio MP como a líder de uma quadrilha que havia dentro do Hospital Evangélico.

21 MAR 2013

METRO

CONTINUAÇÃO

Mais sete denunciados estão soltos

Além da médica Virgínia Soares de Souza, outros sete profissionais que foram denunciados pelo Ministério Público estão soltos. Quatro deles estavam em prisão temporária e foram liberados na semana passada, por meio de habeas corpus.

Segundo o MP, Virgínia Helena Soares é acusada de sete homicídios duplamente qualificados e formação de quadrilha; o médico Anderson de Freitas, por dois homicídios duplamente qualificados e formação de quadrilha; os médicos Edison Anselmo da Silva Junior e Maria Israela Cortez Boccato, cada qual por um homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha; as enfer-

meiras Laís da Rosa Groff e Patrícia Cristina de Gouveia Ribeiro, cada qual por um homicídio duplamente qualificado e formação de quadrilha; e a fisioterapeuta Carmencita Emília Minozzo e o enfermeiro Claudinei Machado Nunes, por formação de quadrilha.

De acordo com o MP, a ex-chefe da UTI prescrevia medicamentos bloqueadores neuromusculares sem indicação terapêutica, e reduzia os parâmetros de ventilação. Com isso, os pacientes morriam por asfixia.

A denúncia foi aceita pela Justiça na última sexta-feira. Foi decretado sigilo no processo.

As investigações do caso começaram há um ano

7

mortes que ocorreram na UTI Geral do Evangélico são tratadas como homicídio. Os casos aconteceram entre janeiro de 2006 e fevereiro deste ano. Outras 21 mortes são investigadas.

e foram comandadas pelo Nucrisa (Núcleo de Repressão aos Crimes Contra Saúde) da Polícia Civil.

Mudanças

Ontem, tomou posse a nova direção do hospital. Foram substituídos o diretor geral e o diretor clínico, que colocaram o cargo à disposição

21 MAR 2013

METRO

Polícia Civil transfere 38 presos do Paraná

Operação Limpeza. Detentos foram levados para os presídios de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e Porto Velho, em Rondônia

Trinta e oito presos de unidades prisionais do Paraná foram transferidos ontem para presídios federais de Porto Velho, em Rondônia, e Mossoró, no Rio Grande do Norte. A transferência foi autorizada por juizes federais e realizada pela Polícia Federal e Ministério da Justiça, com apoio da polícia do Paraná.

De acordo com a Sesp (Secretaria Estadual de Segurança Pública), a ação foi uma medida preventiva para garantir a segurança dentro do sistema prisional.

"Identificamos alguns internos que estavam mais ativos no sentido de promover ações fora dos estabelecimentos penais e, em função disso, nos espelhamos no que aconteceu em alguns Estados da federação,

resolvemos nos antecipar e solicitar essas transferências", afirmou o secretário estadual da Segurança Pública, Cid Vasques. Ele se referiu aos ataques criminosos que já aconteceram em Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

O trabalho vinha sendo feito há 15 dias pelo Departamento de Inteligência da Sesp em coordenação com o da Polícia Federal.

"São presos que estão em regime fechado, então, são de periculosidade acima da média", explicou o secretário. No entanto, segundo ele, não há como afirmar se esses detentos têm relação com o crime organizado.

Os presos embarcaram em dois aviões da Força Aérea Brasileira, que decolaram do Aeroporto Afonso

"A medida foi tomada para diminuir tensões, em função de algumas anormalidades que vinham ocorrendo entre esses detentos, identificados como mais ativos no sentido de promover ações fora dos estabelecimentos penais."

CID VASQUES, SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

Pena, em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba.

21 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Médica acusada de mortes em UTI é libertada

A Justiça revogou ontem a prisão preventiva da médica Virgínia Soares de Souza, acusada de provocar mortes dentro de uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico, em Curitiba. De acordo com o advogado que a representa, Elias Mattar Assad, ela vai responder ao processo em liberdade. Virgínia

saiu da cadeia em uma caminhonete preta e não concedeu entrevistas.

Virgínia Soares de Souza foi presa em 19 de fevereiro deste ano. Ela e mais sete pessoas foram acusadas pelo Ministério Público de homicídio com duas qualificações e formação de quadrilha. Virgínia foi a última entre os envolvidos a conquistar a liberdade.

Jornalista entrega denúncia contra membro do governo

A jornalista e blogueira Joice Hasselmann entregou ao Gaeco as fitas que contém denúncias contra um assessor do governo estadual. De acordo com ela, são duas fitas, uma que prova o conteúdo da denúncia, outra que revela as ameaças feitas contra a jornalista em telefonema

que ela, precavidamente, tratou de gravar.

“Dia tenso em parte do centro do poder ontem. A especulação geral era de quanto foi o valor do agrado entregue em espécie ao gentil cavaleiro que intermediou a conversa entre importante órgão de governo e a gigante construtora

baiana. Bem, vamos acabar com a curiosidade. O valor, nota por nota, somou R\$ 3 milhões. Na gravação feita com um celular, nomes são claramente citados em meio ao bate papo descontraído e gargalhadas entre uma taça de vinho e outra”, diz o texto da jornalista.

21 MAR 2013

GAZETA DO POVO



Justiça solta médica do caso Evangélico

A médica **Virgínia Helena Soares de Souza** (**foto**) foi libertada ontem depois de um mês detida. O Ministério Público promete recorrer da decisão. O processo criminal contra ela e mais quatro médicos e duas enfermeiras, acusados pela morte de sete pacientes na UTI geral do Hospital Evangélico, continua tramitando na 2ª Vara do Tribunal de Juri.

CONTINUA

Médica acusada por mortes no Evangélico deixa a prisão

Após passar um mês detida, a médica Virgínia Helena Soares de Souza foi libertada ontem por determinação do juiz da 2.^a Vara do Tribunal do Júri de Curitiba, Daniel Surdi de Avelar. Ela é acusada pelo Ministério Público (MP) do Paraná de liderar uma quadrilha que teria causado a morte de sete pacientes na UTI geral do Hospital Evangélico. O MP informou ainda ontem que vai recorrer da decisão.

Virgínia deixou o Centro de Triagem I, localizado no centro de Curitiba, por volta das 16h10, acompanhada de seu advogado. Apesar de estar bem arrumada e maquiada, o semblante da médica aparentava abatimento e tristeza. Ela não quis conversar com jornalistas.

O MP informou que, até o início da noite de ontem, não tinha tomado ciência da decisão judicial, mas que vai recorrer por considerar que a médica, como "líder da quadrilha", deve permanecer presa. O advogado dela, Elias Mattar Assad, disse que não há elementos que justifiquem a permanência dela na prisão, e que a tendência é que Virgínia permaneça em liberdade enquanto responde ao processo criminal que tramita na 2.^a Vara do Tribunal de Júri. O caso está sob sigilo judicial.

Acusação

Virgínia foi presa em 19 de fevereiro em uma ação do Núcleo de Repressão a Crimes contra a Saúde Pública (Nucrisa), da Polícia Civil, que investigava a ocorrência de mortes suspeitas na unidade. O inquérito foi repassado

ao MP, que concluiu que houve formação de quadrilha e homicídio duplamente qualificado de sete pessoas.

Além de Virgínia, também foram denunciados por homicídio os médicos Maria Israela Cortez Boccato, Edison Anselmo da Silva Júnior e Anderson de Freitas; e as enfermeiras Patrícia Cristina de Goveia Ribeiro e Lais da Rosa Groff. As mortes ocorreram entre maio de 2011 e janeiro de 2013. Outras duas pessoas foram denunciadas pelo cri-

me de formação de quadrilha — a fisioterapeuta Carmencita Emília Minozzo e o enfermeiro Claudinei Machado Nunes. Todos estão soltos, mas não podem exercer atividade no Evangélico.

Pelo menos outros 21 casos de pacientes que receberam medicamentos sem justificativa no prontuário e posteriormente tiveram seus parâmetros ventilatórios rebaixados ainda são investigados.

INVESTIGAÇÃO

Em bilhete, Virgínia diz que foi "execrada publicamente"

Em um bilhete endereçado ao Conselho Regional de Medicina (CRM), a médica Virgínia Helena Soares de Souza se manifestou sobre a sindicância instalada para apurar possível infração ao Código de Ética Médica. "A subscritora foi execrada publicamente e encontra-se presa, apenas por ter exercido a medicina intensiva", diz a nota, distribuída por seu advogado, Elias Mattar Assad.

Entretanto, um dos fatos que pesam contra Virgínia é que ela não tinha o certificado necessário para comandar uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI), de acordo com nota oficial da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib).

A sindicância do CRM não tem prazo para terminar. O procedimento padrão é ouvir testemunhas e o médico acusado. Depois disso, é feito o jul-

gamento, no qual o Conselho decide se o médico é culpado ou inocente e qual a sanção que será imposta: advertência confidencial, censura pública em publicação oficial; suspensão do exercício profissional por até 30 dias; ou cassação do exercício profissional. O médico pode recorrer da decisão ao próprio CRM ou ao Conselho Federal de Medicina.

"Ela atribuiu sua prisão a um equívoco. Ela está com a tranquilidade dos que nada devem. A saída hoje [ontem] é um alento", afirmou Assad. (RF)

21 CASOS

de pacientes que receberam medicamentos sem justificativa e tiveram seus parâmetros ventilatórios rebaixados na UTI do Evangélico, ainda são investigados pelo Nucrisa.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CRONOLOGIA

21 MAR 2013

O Hospital Evangélico e sua mantenedora, a Sociedade Evangélica Beneficente (SEB), também passa por dificuldades econômicas.

Relembre alguns fatos:

Agosto de 2011 – a Operação Voucher, da Polícia Federal, detectou irregularidades em convênios firmados entre o Ministério do Turismo e associações de utilidade pública. Em 2011, a SEB recebeu R\$ 3,1 milhões do ministério para treinar mão de obra para a Copa, embora essa não seja sua área de atuação.

Maio de 2012 –

Balancete mostra dívida de R\$ 260 milhões da SEB, prejudicada pelo fim de convênios.

Nos meses seguintes, médicos paralisam o atendimento.

Fevereiro de 2013 –

A SEB rompe contrato com a prefeitura da capital e deixa de administrar o Hospital do Bairro Novo, o que fazia desde 1997, com repasse de recursos municipais. Operação policial prende chefe da UTI geral sob a acusação de homicídios.

Março de 2013 – reportagens da **Gazeta do Povo** mostram que o índice de mortalidade na UTI do Evangélico foi atípico em 2012, com alta concentração nos três primeiros dias, contrariando padrões. No dia 15, a Justiça acata a denúncia contra oito profissionais da UTI pelo envolvimento em sete mortes. No dia 19, o hospital apresenta nova diretoria.

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

Fato irrelevante e conveniente

21 MAR 2013

A Sanepar publicou há dias um “Fato Relevante” para informar o distinto público investidor que o consórcio Dominó, que detém 39,71% das ações da empresa, propôs um aditivo ao Acordo de Acionistas que firmou em 1998 com o governo estadual. O termo aditivo, como se depreende do vago Fato Relevante, se destinaria a estabelecer um novo prazo de validade do Acordo de Acionistas, cujo encerramento está prestes a ocorrer.

De tão vago, o Fato Relevante até parece irrelevante, não fosse, talvez, a conveniência de sua publicação neste momento. É que está em via de ser julgado pelo Tribunal de Justiça do Paraná o processo 484.291-9 — ação proposta em 2003 no governo de Roberto Requião e que pleiteia a anulação do Acordo de Acionistas.

Entre os argumentos de Requião, formulados pelo então procurador-geral Sérgio Botto, estava sua discordância em transferir para a iniciativa privada o comando operacional da companhia estatal de saneamento. Além disso, invocava também a nulidade porque o Acordo foi assinado apenas pelo então secretário da Fazenda, Giovanni Gionedis, e não pelo governador [Jaime Lerner], como manda a lei.

A conveniência da publicação do Fato Relevante tem de ser combinada com a existência de oito consecutivas petições que o procurador-geral do Estado, Júlio Cesar Zem, encaminhou ao TJ para que suspenda o julgamento tendo em vista que as partes — isto é, o governo, a Sanepar e o grupo Dominó — “estão ultimando negociações”. De onde, certamente, surgirá o Termo Aditivo vagamente referido no Fato Relevante.

No âmbito judicial, as partes se confrontam, mas no particular se entendem. Antes, portanto, que a Justiça acabe por acatar (nunca se sabe!) o pedido de Requião e anule o Acordo de Acionistas —

o que significa que o grupo Dominó teria de sair da sociedade — é mais conveniente que todos concordem em enterrar o processo e continuem a vida — incluindo a prorrogação da vigência do contrato por mais alguns anos.

Quando o assunto veio à tona na Assembleia Legislativa, na última terça-feira, o deputado Enio Verri tentou aprovar um pedido de informações à Sanepar, mas foi vencido pelo líder do governo, Admar Traino, que alegou a confidencialidade com que o tema está sendo tratado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Em todo caso, prometeu esclarecimentos após conversar com o procurador Julio Zem.

O Fato Relevante, assinado no dia 6 último pelo diretor de Relações com Investidores da Sanepar, Ezequias Moreira, passou a ter consequências já nos dias seguintes: as ações da companhia, negociadas na Bovespa, amargaram desvalorização de 7,44% desde então — pouco maior do que a média negativa de 5% da Bolsa no mesmo período. Quando sair, o futuro Termo Aditivo tende a reverter a queda — para satisfação de quem está comprando ações durante a baixa.

21 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Paraná transfere 38 presos para evitar ataques criminosos

Para desarticular a possível ação de uma facção criminosa, o governo do Paraná transferiu ontem 38 presos para presídios federais de Porto Velho (RO) e Mossoró (RN). A medida foi anunciada após uma semana de rebeliões, fugas, mortes de agentes penitenciários e ônibus incendiados. Embora não tenha sido confirmada a relação entre os crimes, o governo resolveu adotar medidas preventivas, como a transferência de detentos e o reforço do policiamento nas ruas.

21 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Presos preparavam ataques no Paraná

Detentos transferidos ontem para presídios federais seriam líderes de facção criminosa e há duas semanas tinham suas ações monitoradas

Trinta e oito detentos do Paraná foram transferidos ontem para presídios federais do Rio Grande do Norte e de Rondônia em uma operação preventiva para evitar ataques criminosos como os ocorridos em Santa Catarina no começo deste ano. Os presos seriam membros de uma facção do crime organizado e, nas últimas semanas, estariam preparando ações articuladas para desafiar o poder público no Paraná. O próprio governador Beto Richa admitiu preocupação com a possibilidade de atentados. "Nós detectamos de forma prematura, logo que se iniciaram os primeiros movimentos", disse Richa na manhã de ontem, em um evento da montadora Renault.

Há duas semanas, um grupo de trabalho que envolve a Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Sesp) começou a acompanhar de forma mais intensa movimentações nas penitenciárias do estado. Assim que foram detectados sinais de que poderiam ocorrer ações a mando de uma facção, o grupo iniciou o processo para pedir a transferência

dos presos — vários estavam em unidades prisionais do interior, como Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá. Nas últimas semanas, o grupo de trabalho concentrou os presos em uma ala da Penitenciária Estadual de Piraquara I (PEPI) para controlar de forma mais direta os principais suspeitos. Quando o grupo achou prudente transferi-los, Richa telefonou para o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e pediu um avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Vinte dos presos foram para o presídio federal de segurança máxima de Mossoró (RN) e os outros 18 foram para Porto Velho (RO).

Outras ações

Segundo o secretário da Segurança Pública, Cid Vasques, a Polícia Militar tem realizado um trabalho ostensivo mais intenso e a Polícia Civil está trabalhando de forma dobrada.

"É um tipo de ação criminosa que surpreende a todos. Tem que estabelecer toda e qualquer estratégia de prevenção", declarou Vasques. De acordo com ele, o Paraná ainda permanece em alerta. Alguns eventos suspeitos têm recebido atenção especial, como os assassinatos de dois agentes penitenciários, rebeliões e ônibus incendiados. O grupo de trabalho integrado tem investigado cada caso para descobrir se há conexão com facções criminosas. "Estamos conseguindo separar com muita clareza o que pode ser vandalismo e o que, eventualmente, não seja", disse Vasques.

REVISTA

Celulares, bilhetes e contabilidade do tráfico estavam nas celas

Três celulares e vários bilhetes contendo informações sobre ordens a seguir foram encontrados nas celas em que estavam os presos transferidos. Livros de contabilidade do tráfico também estavam no local. Durante a tarde de ontem, outras unidades de Piraquara seriam revistas pela Polícia Militar. Alguns delegados da Polícia Civil confirmaram que foi feito um alerta informal para os policiais redobram os cuidados. Segundo um dos delegados, o objetivo foi tentar prevenir qualquer ataque a delegacias no estado.

CONTINUA

21 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CASOS

Fatos suspeitos ocorridos nas últimas semanas no Paraná serão investigados:

Curitiba

13 de março – o agente penitenciário Valdeci Gonçalves, de 35 anos, foi assassinado à noite com 11 tiros, em Curitiba.

14 de março – seis biarticulados foram incendiados em uma garagem da empresa Expresso Azul, em Pinhais. Dois suspeitos foram detidos pela Polícia Militar.

Maringá

14 e 15 de março – presos da 9ª Subdivisão de Polícia Civil de Maringá iniciaram rebelião que durou 13 horas.

Londrina

14 e 15 de março – uma operação de vistoria nas celas da Penitenciária Estadual de Londrina teria gerado tumulto no local. Houve tentativa de rebelião, contornada por policiais militares.

17 de março – um micro-ônibus da empresa Transportes Coletivos Grande Londrina foi incendiado. A Sesp classifica o caso como ação isolada.

Cambará

17 de março – um destacamento da PM foi alvo de tiros.

Piraquara

17 de março – 23 fugiram da Colônia Penal Agrícola em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba.

18 de março – o agente Wilmar da Silva, de 47 anos, foi assassinado quando chegava em casa, em Curitiba.

Arapongas

18 de março – presos participaram de um motim dentro da cadeia pública de Arapongas. A rebelião teria ocorrido em razão da qualidade ruim da comida.

19 de março – um ônibus do transporte coletivo foi incendiado e uma base da Guarda Municipal, alvejada por tiros.

21 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

OAB e entidades representativas de juízes contestam Joaquim Barbosa

Declaração de que existe "conluio entre juízes e advogados" foi criticada por representantes das duas categorias

Entidades representativas de advogados e juízes criticaram ontem o que chamaram de "generalização" das declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. Em reunião no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na última terça-feira, Barbosa criticou o que definiu como "conluio entre juízes e advogados". Segundo ele, essa situação representa o que há de mais "pernicioso" na Justiça. O conselho analisava o caso de um juiz do Piauí acusado de beneficiar advogados.

"A crítica que fazemos é a da generalização. O presidente [Joaquim Barbosa] partiu de uma situação específica e levantou dúvida quanto à seriedade da magistratura", afirmou Nino Oliveira Toldo, presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). Toldo se reuniu com o presidente da Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado, e o vice-presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Raduan Miguel Filho.

"A advocacia espera que essas generalizações não contribuam para a diminuição do conceito que os juízes e advogados devem ter perante a sociedade. A crença no sistema de Justiça é fundamental para a prevalência do Estado democrático de Direito", disse Furtado.

Para Miguel Filho, da AMB, a magistratura está "bastante indignada com atitudes assim [...]". Vindo de um presidente da Suprema Corte, deixam os [juízes] sentidos porque obviamente se espera uma atitude mais serena". O Conselho Federal da OAB enviará um ofício ao STF questionando sobre se houve ou não essa generalização. A Ajufe quer marcar uma audiência com Barbosa. O presidente do STF não comentou a reação das entidades.

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afirmou que é "exceção" na Justiça brasileira conluio entre magistrados e advogados, mas admitiu que os casos

existem. Gurgel também saiu em defesa de Barbosa: "Isso foi falado no contexto de um julgamento em que um magistrado tivera realmente uma conduta absolutamente inadequada".

Visão 'afirmativa'

O ex-presidente do STF Carlos Ayres Britto disse não querer entrar na polêmica, mas contestou Barbosa. "No meu período de presidente, nunca detectei esse conluio. Nem no período de ministro", disse o ex-integrante do STF. "Minha visão do Judiciário brasileiro é muito afirmativa. Há distorções, mas o CNJ cumpre um papel essencial na correção do rumo. Temos um Judiciário de qualidade, o país não tem motivos para maiores preocupações", completou.

CONTINUA

21 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**"No meu período de
presidente, nunca
detectei esse
conluio. Nem no
período de
ministro."**

Carlos Ayres Britto, ex-ministro do STF.

21 MAR 2013

GAZETA DO POVO

OPORTUNIDADE

Defensoria Pública promove mutirão da cidadania

A Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPPR), em parceria com o programa Paraná em Ação, vai promover neste fim de semana um mutirão para prestar auxílio jurídico e informações à população carente da Região

Metropolitana de Curitiba. Defensores, assessores e estagiários de Direito, todos atuantes na Defensoria Pública, com amplo entendimento jurídico, estarão disponíveis na Administração Regional da Borda do Campo, para sanar dúvidas referentes a processos e situações litigiosas, além de resolver pequenos conflitos já existentes.

Serviço

O evento será realizado sexta-feira, sábado e domingo na Administração Regional da Borda do Campo (Estrada da Roseira, 5.800, São José dos Pinhais) das 9 às 17 horas.

STF decide hoje se acata denúncia contra o líder do PMDB da Câmara

Escolhido há pouco mais de um mês pelo PMDB para ser o líder do partido na Câmara, o deputado federal Eduardo Cunha (RJ) pode agora virar réu em uma ação penal. O Supremo Tribunal Federal (STF) decide hoje se aceita ou não denúncia contra ele. A Procuradoria-Geral da República (PGR) acusa o parlamentar de utilizar documentos falsos para se livrar de um processo no Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Rio. Feita em 2010 pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, a denúncia será analisada em plenário, sob a relatoria do ministro Gilmar Mendes.

44.º

lugar no ranking dos 167 países mais democráticos. Essa é a colocação do Brasil no levantamento divulgado nesta semana pelo *Economist Intelligence Unit*, o braço de pesquisas da revista britânica *The Economist*. No ranking, países mais pobres como Timor-Leste, Chipre e Botswana aparecem à frente do Brasil.

21 MAR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Médica sai da cadeia

Depois de 29 dias presa, a médica intensivista Virgínia Helena Soares de Souza, ex-chefe da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico, ganhou a liberdade, por volta das 16h15 de ontem. Ela foi denunciada pelo Ministério Público do Paraná por sete homicídios duplamente qualificados. O alvará de soltura foi assinado pelo juiz Daniel Surdi de Avelar, da 2ª Vara do Tribunal do Júri, que aceitou o pedido do advogado Elias Mattar Assad. Mas a promotoria do Ministério Público garantiu que vai recorrer da decisão e tentar reverter a liberdade.

A médica, que estava em uma cela especial no Centro de Triagem I, saiu em silêncio e, segundo o advogado, foi para casa descansar, aproveitar o momento para reflexão. Dos cinco presos envolvidos no processo, ela foi a última a sair da cadeia. Os outros três médicos e uma enfermeira foram liberados na sexta-feira passada.

Segundo o advogado de defesa da médica, não existe a possibilidade de ela ser presa novamente antes do julgamento, que não tem data marcada. "O processo é grande e ela é acusada de sete homicídios, os casos deverão ser julgados separadamente, para cada caso, testemunhas específicas, ou seja, centenas de pessoas devem ser



Virgínia saiu do CTI ontem.

arroladas antes desse caso ir a júri", explicou.

Além dos sete homicídios duplamente qualificados, a médica é acusada de formação de quadrilha entre janeiro de 2006 e fevereiro de 2013. Ele é apontada como sendo a chefe do grupo que comandava um esquema no qual, por uso de medicamentos conjugados, antecipava a morte e definia qual dos pacientes, internados na UTI, deveriam morrer.

Segundo a assessoria de imprensa do Ministério Público, o promotor Paulo Lima ainda não tomou ciência da decisão judicial que concedeu a liberdade, mas considerando a repercussão e o fato da médica ser suspeita de liderar a quadrilha, já adiantou que vai recorrer da decisão.

21 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

CASO UTI DO HOSPITAL EVANGÉLICO

Virgínia de Souza deixa A PRISÃO UM MÊS DEPOIS

Justiça concede liberdade para médica,
mas Ministério Público avisa que vai recorrer da decisão

A médica Virginia Helena Soares de Souza, acusada de homicídios em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico, foi solta ontem por decisão da Justiça. Virgínia estava com prisão preventiva desde o dia 19 de fevereiro, depois que foi presa pelo Núcleo de Repressão de Crimes Contra a Saúde (Nucrisa). Ela chegou a ser transferida para a unidade penal feminina em Piraquara, mas retornou para o Centro de Triagem Feminina I, em Curitiba.

A decisão pela soltura de Virgínia foi do Juiz de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba, Daniel Surdi de Avelar, que atendeu pedido da defesa. Virgínia deixou o Centro de Triagem pouco antes das 16 horas em companhia de seu advogado, Elias Mattar Assad, mas não falou com a imprensa.

Com a liberdade da médica, seu advogado declarou que irá mobilizar os meios científicos e promover todas as medidas previstas em lei junto ao Poder Judiciário, inclusive para o trancamento da ação penal por carência de justa causa. “Não é a primeira vez que a ignorância aprisiona a ciência,

nem será a última que a ciência libertará a ciência. O problema é que tanto uma como a outra não tem limites e a sociedade terá que novamente renascer de si”, disse Assad.

O Ministério Público do Paraná, avisou que vai recorrer da decisão. Outras pessoas que também foram presas em fevereiro foram soltas na semana passada, assim que a Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde Pública de Curitiba ajuizou denúncia sobre os supostos crimes ocorridos na Unidade de Terapia Intensiva Geral do Hospital Evangélico, entre janeiro de 2006 e fevereiro de 2013.

A denúncia teve como base o inquérito policial feito pelo Nucrisa, e levou em conta testemunhos de dezenas de pessoas ouvidas na investigação, interceptação telefônica decretada pelo Juízo da Vara de Inquéritos Policial de Curitiba e prontuários médicos.

De acordo com a denúncia, no período compreendido, pelo menos, entre janeiro de 2006 e 19 de fevereiro de 2013, os profissionais denunciados, sob a liderança da médica Virgínia Helena Soares de Souza, teriam se associado em quadrilha,

cada qual a partir do momento em que passaram a trabalhar na UTI Geral do Hospital Evangélico, “para o fim de cometer homicídios de pacientes internados naquela unidade, mediante uso insidioso e sorrateiro de instrumentos, medicamentos e equipamentos daquela casa hospitalar, na qual trabalhavam no exercício regular de suas profissões de saúde”.

Assad, após leitura do despacho de recebimento da denúncia contra a sua cliente, declarou que sua defesa vai prosseguir na tese da ausência de prova de existência de fato criminoso e materialidade de qualquer crime.

Diretoria — Na terça-feira, a nova diretoria do Hospital Evangélico se apresentou ao secretário municipal de Saúde, Adriano Massuda. Jurandir Marcondes Ribas Filho é o novo diretor-geral do Hospital Universitário Evangélico, e Maurus Vinícius Stier Serpe, assumiu a direção-técnica da instituição.

JORNAL DO ESTADO

ALTA PERICULOSIDADE

Segurança transfere 38 presos

A Justiça paranaense transferiu, ontem, um grupo de 38 presos que estavam em presídios do Estado para prisões federais de segurança máxima em Porto Velho (RO) e em Mossoró (RN), com o objetivo de evitar a comunicação entre eles, identificados como integrantes de organizações criminosas.

A transferência aconteceu durante a manhã, no Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais, por meio de um jato da Força Aérea Brasileira (FAB). Apesar disso, o secretário de Estado de Segurança, Cid Vasques, disse que essas mudanças não têm relações com a morte de dois agentes penitenciários nos últimos dias, tampouco com o incêndio de seis ônibus ocorridos no final de semana em Pinhais, na Grande Curitiba.

“A transferência não tem nada a ver com as mortes dos agentes e era uma ação planejada há 15 dias para dar uma aliviada no sistema penitenciário. É preciso separar o que é vandalismo, como nos casos dos ônibus queimados em Pinhais e no interior, e o que é ação de facção criminosa. Por enquanto, não existem sinais destas ações no Paraná”, afirmou.

De acordo com o secretário da Segurança Pública, Cid Vasques, o trabalho ocorreu com base em um monitoramento feito pelo serviço de inteligência da pasta e o Ministério da Justiça. “A medida foi tomada para diminuir tensões, em função de algumas anormalidades que vinham ocorrendo entre esses detentos, identificados como mais ativos no sentido de promover ações fora dos estabelecimentos penais. Por isso, resolvemos nos antecipar”, afirmou Vasques.

21 MAR 2013

21 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Conselhos médicos defendem liberar aborto até o 3º mês

Segundo presidente de entidade federal, proposta não significa descriminalização irrestrita da prática no país

Os conselhos de medicina decidiram apoiar a proposta de dar à mulher a opção de fazer aborto até a 12ª semana de gravidez. A posição foi aprovada pela maioria dos membros do Conselho Federal de Medicina e dos presidentes dos 27 conselhos regionais, que se reuniram neste mês em Belém (PA).

Há, no Senado, anteprojeto de reforma do Código Penal que amplia casos em que o aborto legal é permitido.

“Defendemos o caminho da autonomia da mulher”, disse Roberto D’Ávila, presidente do conselho federal, para quem a posição não significa a descriminalização irrestrita do aborto no país.

A proposta dos médicos rejeita a necessidade de laudo que constate “falta de condições psicológicas” da gestante para permitir a interrupção da gravidez.

Para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a posição dos conselhos de medicina “favorece o recurso à violência”.

21 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Médicos defendem aborto até 12ª semana de gestação

Conselhos médicos propõem que se dê à mulher
a opção de parar gravidez

**Posição tem respaldo da
maioria dos conselhos
de medicina e dá força à
reforma do Código Penal
em análise no Senado**

A proposta de dar à mulher a opção de interromper a gravidez até a 12ª semana, ampliando os casos previstos de aborto legal, ganhou o apoio de conselhos de medicina.

A posição é inédita e respalda o anteprojeto da reforma do Código Penal entregue ao Senado no ano passado, de acordo com o CFM (Conselho Federal de Medicina).

O entendimento foi aprovado pela maioria dos conselhos federais de medicina e dos presidentes dos 27 CRM's (Conselhos Regionais de Medicina) reunidos em Belém (PA), no início do mês. Antes, o tema fora debatido internamente por dois anos.

"Defendemos o caminho da autonomia da mulher. Precisávamos dizer ao Senado a nossa posição", diz Roberto D'Ávila, presidente do CFM.

O anteprojeto, preparado por uma comissão de advogados e especialistas, propõe a ampliação das situações previstas para o aborto legal. Inclui casos de fetos com anomalias incompatíveis com a vida e o aborto até a 12ª semana da gestação por vontade da mulher, desde que médico

ou psicólogo constate falta de "condições psicológicas".

Os conselheiros rejeitam a necessidade do laudo de médico ou psicólogo. A posição do CFM será enviada à comissão especial do Senado que analisa a reforma do Código Penal — não há prazo para o parecer final dessa comissão.

A posição do CFM não significa apoiar o aborto ou a descriminalização irrestrita da prática, garante D'Ávila.

Mesmo assim, o entendimento não teve unanimidade entre os conselheiros. "Cerca de um terço foi contra", diz João Batista Soares, presidente do CRM-MG.

Soares está no grupo contrário. O conselho mineiro enviou ao CFM texto contra a posição. "Não é uma questão religiosa", diz. "Há situações especiais que justificam [o aborto]. Agora, simplesmente porque a mulher não quer ter o filho, aí somos contra."

Para Soares, o apoio ao anteprojeto pode passar o recado de que o médico está liberado para praticar o aborto. D'Ávila discorda. "Não estamos liberando o aborto."

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ARGUMENTOS

A FAVOR

> alta mortalidade materna pelo aborto inseguro
> autonomia da mulher para decidir

CONTRA

A defesa da vida do feto

21 MAR 2013

“Defendemos o caminho da autonomia da mulher. Precisávamos dizer à comissão do Senado qual é a nossa posição

ROBERTO D'ÁVILA,
presidente do CFM

“Não se trata de uma questão religiosa. Enquanto médicos entendemos que a nossa obrigação primeira é com a vida

JOÃO BATISTA SOARES,
presidente do CRM-MG

ABORTOS NO BRASIL*



1 milhão

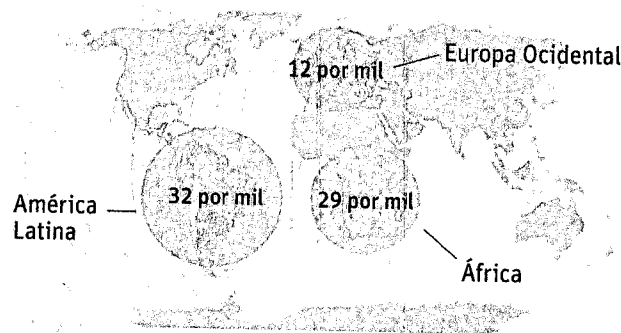
é a estimativa de abortos por ano no Brasil

180

mulheres morrem
anualmente em decorrência disso**

NO MUNDO

Número abortos a cada mil mulheres, em 2008***



*Estimativas do Ministério da Saúde **Dado contestado por organizações civis
*** Dados retirados de estudo publicado na revista "The Lancet" em 2012

ABORTO EM DISCUSSÃO

Conselho Federal de Medicina decide apoiar descriminalização até a 12ª semana de gravidez

COMO É HOJE

O aborto é proibido, a não ser em casos de estupro, risco de morte para a mãe ou de fetos anencéfalos

COMO FICARIA

Procedimento permaneceria autorizado nos casos já previstos e seria permitido ainda:

1

Quando for da vontade da mulher, até a 12ª semana de gestação

2

Quando houver uso não consentido de técnicas de reprodução assistida

3

Em caso de outras anomalias que inviabilizem a vida fora do útero

21 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO



A médica Virginia Helena Soares de Souza, acusada de antecipar a morte de pacientes na UTI, foi solta ontem à tarde

Médica acusada de mortes em UTI é solta

Para defesa, Virginia não traz riscos à investigação; Ministério Público diz que irá recorrer

A médica Virginia Helena Soares de Souza, 56, acusada de antecipar a morte de pacientes para liberar leitos da UTI do Hospital Evangélico de Curitiba, foi solta na tarde de ontem. Ela estava presa desde 19 de fevereiro.

A decisão é do juiz Daniel Surdi de Avelar, da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba. Ele atendeu ao pedido de revogação de prisão preventiva feito pelo defesa da médica.

Virginia, que era chefe da UTI desde 2006, foi denunciada sob acusação de sete homicídios e formação de quadrilha. Outras mortes também estão sendo investigadas pela polícia.

A médica nega as acusações e diz que elas se devem a um "entendimento errôneo de termos médicos".

A decisão de revogar a prisão foi fundamentada na sua

"falta de utilidade", segundo o advogado Elias Mattar Assad, responsável pela defesa.

O decreto de prisão preventiva fundamentava-se principalmente no risco de que, com Virginia livre, os funcionários então subordinados a ela omitissem informações à investigação ou cumprissem ordens para supostamente provocar a morte de mais pacientes.

Segundo Assad, esse risco hoje é nulo, uma vez que ela já não chefia a UTI e os antigos funcionários também não trabalham mais no local.

Além disso, a defesa sustentou que a médica tem endereço fixo e é ré primária.

O Ministério Público do Paraná informou que irá recorrer da decisão.

Segundo o advogado de Virginia, a médica o abraçou e empalideceu quando recebeu a notícia sobre a soltura.

Ela deixou o Centro de Triagem

1 por volta das 16h, bem arrumada e maquiada, mas abatida e com olheiras. Virginia não falou com a imprensa e seguiu para a sua casa.

Apesar da soltura, a Justiça determinou que Virginia não exerça a medicina intensiva, numa interdição temporária de direitos.

De acordo com o Ministério Público, a médica ordenava a aplicação de bloqueadores neuromusculares ou anestésicos às vítimas, e então diminuía a quantidade de oxigênio nos respiradores, provocando a morte por asfixia.

21 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Advogados e juízes criticam presidente do STF

Barbosa não comenta reação à fala sobre 'conluio';
Para Ayres Britto, 'Judiciário é de qualidade'

Entidades representativas de advogados e juízes criticaram ontem o que chamaram de "generalização" das declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa.

Em reunião no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) anteontem, Barbosa criticou o que definiu como "conluio entre juízes e advogados". Segundo ele, "o conluio" representa o que há de mais "pernicioso" na Justiça. O conselho analisava o caso de um juiz do Piauí acusado de beneficiar advogados.

Oriundo do Ministério Público Federal, o presidente do STF é crítico da proximidade entre juízes e advogados e teve embates com a defesa em diversos casos, inclusive no julgamento do mensalão.

"A crítica que fazemos é o da generalização. O presidente [Joaquim] partiu de uma situação específica e levantou dúvida quanto à seriedade da magistratura", afirmou Nino Oliveira Toldo, presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Toldo se reuniu com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado, e o vice-presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Raduan Miguel Filho.

"A advocacia espera que essas generalizações não contribuam para a diminuição do conceito que os juízes e advogados devem ter perante a sociedade. A crença no sistema de Justiça é fundamental para a prevalência do Estado democrático de Direito", disse Furtado.

Para Miguel, da AMB, a magistratura está "bastante indignada com atitudes assim [...]". Vindo de um presidente da Suprema Corte, deixam os [juízes] sentidos porque obviamente se espera uma atitude mais serena".

O Conselho Federal da OAB enviará um ofício ao STF questionando sobre se houve ou não essa generalização. A Ajufe quer marcar uma audiência com Barbosa.

O presidente do STF não comentou a reação das entidades. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afirmou que é "exceção" na Justiça brasileira conluio entre magistrados e advogados.

Gurgel saiu em defesa de Barbosa: "Isso foi falado no contexto de um julgamento em que um magistrado tivera realmente uma conduta absolutamente inadequada".

'VISÃO AFIRMATIVA'

"No meu período de presidente, nunca detectei esse conluio. Nem no período de ministro", disse o ex-integrante do STF Carlos Ayres Britto. Em evento no Rio, Ayres Britto afirmou ter lido "de relance" as declarações de Barbosa e disse não querer entrar em discussão.

"Minha visão do Judiciário brasileiro é muito afirmativa. Há distorções, mas o CNJ [Conselho Nacional de Justiça] cumpre um papel essencial na correção do rumo. Temos um Judiciário de qualidade, o país não tem motivos para maiores preocupações."

O ex-presidente da OAB-SP Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, afirmou lamentar as declarações do ministro Joaquim Barbosa.

Para José Roberto Batocchio, ex-presidente nacional da OAB, "essa é uma daquelas manifestações que estão se tornando cada vez mais frequentes e que não merecem ser comentadas".

21 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Ministra do STF pede mais informações

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia pediu ontem informações ao Palácio do Planalto e ao Congresso sobre a nova lei de distribuição dos royalties de petróleo. Eles terão três dias para os esclarecimentos.

Na segunda-feira passada, Cármen Lúcia suspendeu os efeitos da lei que determi-

na uma nova distribuição dos royalties entre os Estados, com percentual maior do que o atual para os não produtores.

Cármen Lúcia disse que após receber os dados do Executivo e do Legislativo, vai levá-los ao plenário para a decisão sobre o assunto. Isso deve ocorrer em abril. Na próxima semana, o STF não faz sessões.

MÔNICA BERGAMO

SÍMBOLO

A Unesco convidou o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, para dar uma palestra no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. O evento ocorrerá em San José, na Costa Rica, entre 2 e 4 de maio.

SÍMBOLO 2

E também a Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) convidou o ministro para ser um dos palestrantes do congresso internacional da entidade. Em pauta, as relações entre fontes e jornalistas no Judiciário. O encontro está marcado para outubro, no Rio.

Brasil aparece em 44º em ranking sobre países mais democráticos

DE SÃO PAULO - O Brasil tem uma "democracia imperfeita" de acordo com estudo divulgado nesta semana pelo Economist Intelligence Unit, o braço de pesquisas da revista britânica "The Economist".

Segundo a consultoria, o país aparece na 44ª colocação em um ranking com 167 países, com 7,24 pontos em uma escala que vai até 10. Em 2012, o Brasil aparecia em 45º lugar e teve a mesma pontuação.

No ranking deste ano, países mais pobres como Timor Leste, Chipre e Botswana aparecem à frente do Brasil.

As primeiras colocações da lista são ocupadas por países escandinavos: Noruega, Suécia e Dinamarca, além da Islândia.

O ranking é preparado a partir de 60 indicadores que são agrupados em categorias como funcionamento do governo, processo eleitoral, cultura política e liberdades civis.

21 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

STF impõe rombo bilionário ao governo

Cálculo de tributação de serviços e produtos importados é declarado inconstitucional, o que afetará arrecadação

Impacto nas contas foi de R\$ 34 bi entre 2006 e 2010; Supremo ainda vai decidir se governo terá de devolver dinheiro

Decisão tomada ontem pelo STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a tributação de produtos e serviços importados vai causar um rombo bilionário nas contas do governo federal.

O tribunal declarou inconstitucional a inclusão do estadual ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) no cálculo dos tributos federais PIS/Pasep e Cofins pagos nas operações de importação.

O imposto era incluído nessa base de cálculo desde 2004 e rendia bilhões aos cofres públicos.

Entre 2006 e 2010, o impacto foi de R\$ 34 bilhões, segundo dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Não foram divulgados cálculos mais atualizados.

Isso dá uma média de R\$ 6,8 bilhões ao ano —um pouco menos do que o governo deixará de arrecadar com a desoneração da cesta básica (R\$ 7,3 bilhões ao ano).

O STF ainda não definiu, contudo, a partir de quando a decisão passará a ter efeito.

O governo defende que só seja aplicada para futuras operações. Não há ainda uma data para que o plenário tome essa decisão.

Dependendo da resposta do Supremo, o governo poderá ser obrigado a ressarcir quem questionou a taxaçaõ na Justiça.

A inclusão do ICMS na base de cálculo dos impostos incidentes sobre as importações era questionada em cerca de 2.200 ações movidas por importadores em 22 tribunais do país.

As instâncias vinham tendo entendimentos diversos sobre o assunto, mas a maioria era a favor da União.

Os ministros do STF entenderam que a utilização do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais fere o artigo 149 da Constituição por extrapolar a previsão de cobrança de impostos para importação.

SITUAÇÃO IGUALITÁRIA

O Supremo entendeu que não se sustentava o argumento do governo de que a taxaçaõ era para garantir situação igualitária entre o produtor nacional e o importador —ambos sujeitos ao recolhimento das contribuições sociais.

A União argumenta que a não incidência traria ao importador vantagem indevida sobre produtos ou serviços gerados no próprio país.

Para o Supremo, as situações são diferentes. Ficou entendido que os produtos importados estão sujeitos a outros encargos que não recaem sobre os nacionais, como frete, seguro e IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

A decisão do Supremo foi tomada por unanimidade. O caso começou a ser discutido em 2010 no tribunal. A relatora era a ministra Ellen Gracie, hoje aposentada. Ela votou pela derrubada da medida. Na sessão de ontem, outros nove ministros acompanharam o voto.

Para o ministro Gilmar Mendes, a base de cálculo não pode “violiar regra clara do texto constitucional” e que “não há que buscar isonomia no ilícito”.

Em nota, a Fazenda Nacional informou que a Receita Federal fará uma avaliação do impacto da decisão aos cofres da União.

21 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

IMPORTADO MAIS BARATO

Decisão reduz tributo sobre bens e serviços

1 Governo cria a lei

Em 2004, o governo estabeleceu em lei a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins nas operações de importação de bens e serviços

2 Os cofres engordaram

A medida representa uma arrecadação bilionária aos cofres da União. Entre 2006 e 2010, gerou uma verba de R\$ 34 bilhões

3 Questionamento

Mais de 2.200 ações questionavam a medida em tribunais de todo o país

4 A corte acata

O STF entendeu que a medida fere a Constituição por extrapolar a previsão de cobrança de impostos para importação

O QUE DIZ O GOVERNO

Importador teria mais vantagem

5 Argumentos

Os ministros não acolheram as justificativas da União:

a) de que a taxaação garantia situação igualitária entre o produtor nacional e o importador, ambos sujeitos ao recolhimento das contribuições sociais

b) que a não incidência traria ao importador vantagem indevida sobre produtos ou serviços gerados no próprio país

6 QUANDO COMEÇA A VALER

Os ministros ainda vão fixar a partir de quando a decisão terá efeito

7 RETROATIVO

Se for retroativo, o governo poderá ser obrigado a ressarcir os contribuintes que questionaram o pagamento na Justiça

R\$ 6,8 bi/ano

é o valor médio que o governo arrecadou com a medida

20 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

'Há muito juiz para botar pra fora', afirma Barbosa

Presidente do STF e do CNJ vê conluio entre magistrados e advogados e critica membros da Justiça que decidem 'absolutamente fora das regras'

Barbosa vê 'conluio' entre juízes e advogados

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim Barbosa, disse que há conluio entre juízes e advogados. Em julgamento no qual foi decidida a aposentadoria compulsória de magistrado, Barbosa afirmou que muitos juízes devem ser colocados para fora da carreira.

O presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim Barbosa, disse ontem haver um conluio entre juízes e advogados. Em julgamento no qual o CNJ determinou a aposentadoria compulsória de um magistrado do Piauí, acusado de beneficiar advogados, Barbosa disse que muitos juízes devem ser colocados para fora da carreira.

"Há muitos (juízes) para colocar para fora. Esse conluio entre juízes e advogados é o que há de mais pernicioso. Nós sabemos que há decisões graciosas, condescendentes, absolutamente fora das regras", criticou Barbosa.

O comentário foi feito quando Barbosa debatia, de forma amistosa, sobre o caso do Piauí com o relator do processo, Tourinho Neto, que foi voto vencido no julgamento. O relator comentou: "Tem juiz que viaja para o exterior para festa de casamento de advogado e não acontece nada". Em sua última sessão como con-

JOAQUIM BARBOSA

PRESIDENTE DO CNJ

"Há muitos (juízes) para colocar para fora. Há decisões condescendentes"

selheiro do CNJ, Tourinho Neto foi o único a votar contra a aposentadoria compulsória do juiz de Picos (PI), João Borges de Sousa Filho.

Tourinho Neto afirmou que tem amizade com advogados, mas isso nunca influenciou suas decisões. Ele contou que foi juiz no interior da Bahia e "tomava uísque na casa de um, tomava cerveja na casa de outro".

O conselheiro disse que existe juiz que instala câmara no gabinete para se precaver e posteriormente não ser acusado de beneficiar determinada parte de um processo. "Isso é terrível. Na próxima Loman (*Lei Orgânica da Magistratura*) vai estar que juiz não pode estar com advogado nem com Ministério Público."

Pouco depois, Tourinho Neto comentou sobre a possibilidade de clientes escolherem advogados que são próximos a juízes. "O advogado é amigo do juiz, a parte contratada acha que vai receber benesse", disse. "E, às vezes, recebe um tratamentozinho privilegiado", rebateu Barbosa.

Tourinho Neto reagiu e afirmou: "Mas Vossa Excelência é duro como o diabo". Nos debates, Tourinho chegou a comentar a possibilidade de Barbosa se candidatar à Presidência da República em 2014. "O juiz, na maioria dos casos, é um acovardado. Vossa Excelência foi endeusado. Quem sabe não será o próximo presidente?", brincou. Barbosa nada respondeu.

Recentemente, Barbosa envolveu-se em uma polêmica com associações representativas de juí-

zes. O problema ocorreu em uma entrevista que o presidente do STF deu a correspondentes estrangeiros na qual atribuiu a magistrados brasileiros mentalidade mais conservadora e pró-impunidade.

OAB reage. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado, disse em nota divulgada no início da noite de ontem que a ouvidoria da ordem "está à disposição do ministro se ele quiser apontar algum caso de lobby de advogados nos tribunais". A OAB, prossegue a nota de Furtado, "é contra qualquer tipo de relação promiscua no Judiciário. Seja quem for: advogado, filho, parente e até amante".

SÔNIA RACY

Briga boa

O STJ deve bater o martelo, hoje, sobre os três concorrentes à vaga de Teori Zavaski, que migrou para o Supremo.

O pernambucano Luiz Alberto Gurgel de Faria tem lobby forte - de Eduardo Campos e Francisco Falcão, corregedor nacional de Justiça.

20 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

LEI MARIA DA PENHA Violência contra mulher tem 600 mil processos

Mais de 600 mil procedimentos tramitaram na Justiça brasileira desde 2006 para apurar suspeitas de atos de violência contra a mulher. De acordo com levantamento divulgado ontem pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), desde a instalação de varas e juizados especializados no assunto, foram contabilizados 677.087 procedimentos. Desses, 280.062 eram pedidos de medidas protetivas. Os Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais e o Distrito Federal foram os campeões em procedimentos. No Rio foram 157.430 casos, enquanto que em São Paulo, 18.419.

20 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

A briga pelos royalties

Ao contrário do que afirmam alguns congressistas, a decisão da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia de suspender temporariamente as novas regras de distribuição dos royalties do petróleo aprovadas pelo Congresso não diminui nem desrespeita os poderes e as competências do Legislativo. Judiciosamente argumentada, a medida liminar concedida pela ministra em ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro contra a lei dos royalties apenas afasta o risco imediato de desrespeito a normas constitucionais. Além disso, evita a ocorrência de danos financeiros irreversíveis, mesmo que os cálculos de distribuição dos royalties venham a ser revistos.

Parlamentares contrariados com a decisão argumentam que, ao suspender a vigência das novas regras, a ministra Cármen Lúcia desconsiderou o fato de que essas regras foram aprovadas por ampla maioria no Congresso, que, para isso, em atitude rara, derrubou um veto presidencial. A questão, porém, não é de maioria, e sim de respeito à Constituição. “Política se pauta pela vontade da maioria, mas mesmo a vontade da maioria tem um limite, que é o limite estabelecido na Constituição”, resumiu o advogado Luís Roberto Barroso, que assina a ação ajuizada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro.

Depois de longa negociação, o Congresso havia aprovado uma fórmula de distribuição de royalties que agradava aos Estados não produtores de petróleo, em detrimento dos produtores. Por considerar que a medida feria direitos adquiridos dos Estados produtores e rompia contratos, por estender a nova fórmula de distribuição para as áreas que já estão produzindo petróleo, a presidente Dilma Rousseff vetou essa distribuição.

Com a derrubada do veto, os governos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, os dois maiores produtores de petróleo do País, recorreram ao STF contra a lei que consideram inconstitucional. O governo do Estado de São Paulo – que hoje tem direito a uma fatia menor dos royalties, mas se tornará grande produtor caso as estimativas de produção da área do pré-sal se confirmem – também recorreu ao Supremo.

O governo do Rio argumentou que a aplicação do novo rateio dos royalties lhe imporia uma perda imediata de receita, já prevista em orçamento, de R\$ 1,6 bilhão. Até 2020, as perdas podem alcançar R\$ 27 bilhões, o que, segundo o autor da ação, afetará as obras para eventos como a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016.

Diante do risco iminente de perdas irreversíveis de receita por parte do governo do Rio, a ministra Cármen Lúcia decidiu com rapidez. Segundo ela, os argumentos jurídicos apresentados pelo governo fluminense, bem como “os riscos inegáveis à segurança jurídica, política e financeira dos Estados e municípios”, impuseram sua decisão imediata de suspender a vigência da nova fórmula de distribuição dos royalties.

Referindo-se ao fato de que o Congresso estendeu a aplicação dessa fórmula ao petróleo que já está sendo extraído de blocos licitados há bastante tempo, alterando, portanto, contratos em plena vigência, a ministra observou: “Já se disse que o Brasil vive incertezas quanto ao futuro, mas tem também insegurança quanto ao presente e, o que é pior e incomum, também tem por incerto o passado”.

Outro argumento utilizado pela ministra do STF baseia-se na definição que a Constituição dá a royalties e a seus titulares. Royalties são compensações devidas a Estados e municípios de onde são extraídos petróleo, gás natural ou outros recursos.

Desse modo, não se pode falar em royalties do petróleo devidos a Estados de onde não se extrai nenhuma gota de petróleo.

Como previsto, o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), informou que, tão logo a liminar seja publicada, o Legislativo apresentará as informações necessárias para tentar derrubá-la.

A irritação dos parlamentares com a decisão – que será examinada pelo plenário do STF, em data ainda não definida –, no entanto, nada tem a ver com os aspectos econômicos e constitucionais da questão, mas com seus interesses eleitorais contrariados.